

O CAMINHO FEMININO PARA A REFORMA AGRÁRIA

Dulcinéia Pavan¹

Introdução

Esta reflexão é parte de uma dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de História da PUC-SP, em abril de 1998². O estudo apresenta a análise das experiências vividas por mulheres assentadas em Promissão-SP, procurando desvendar se haveria um caminho feminino para a reforma agrária.

Para compreender o significado que atribuem à sua luta enquanto sem-terras, as mulheres foram focalizadas em três dimensões: na sua trajetória de vida, no trabalho e na vida cotidiana, analisando-se a experiência de estarem construindo uma nova cultura, conseqüência de um projeto que é, ao mesmo tempo, um projeto pessoal, de mulheres que sonham com uma vida melhor; das respectivas famílias, que finalmente conquistaram um espaço para viver e trabalhar; e do MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ao qual se identificam, à medida que se assumem como sem-terras.

Algumas interrogações se colocavam como ponto de partida para o estudo:

- que significado teria para as mulheres assentadas a experiência de terem participado de uma ocupação de terra, deixando o modo de vida anterior, na cidade ou no campo e se dispondo a morar debaixo de barracos de lona por tempo indeterminado?

- haveria uma nova qualidade no cotidiano da mulher rural, especialmente daquelas que não sendo lideranças, limitam suas atividades ao espaço do assentamento?

- que benefícios concretos teriam obtido com essa luta, do ponto de vista social, econômico e cultural?

- se homens e mulheres são protagonistas dessa luta e crescem juntos na consciência social e política desde que decidiram ir para a ocupação de terra, por que elas não estavam em número equivalente nas instâncias de decisão do MST? Seria esse um critério para avaliar a contribuição feminina ao MST?

- enfim, haveria diferenças significativas na trajetória de homens e mulheres na luta dos sem terras e, nesse sentido, haveria um caminho feminino para a reforma agrária?

O estudo busca uma resposta a essas interrogações, em primeiro lugar, olhando o MST da perspectiva das mulheres, compreendendo gênero como construção histórica e, em segundo lugar, buscando identificar e analisar os aspectos culturais, sociais e econômicos que influenciam na visão de mundo e na vida cotidiana das mulheres assentadas, condicionando comportamentos e práticas.

¹ - Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro do Setor de Relações Internacionais do MST.

² Pavan, Dulcinéia. As Marias Sem-Terras - Trajetória e Experiências de vida de Mulheres Assentadas em Promissão - SP - 1985/1997. Dissertação. Programa de História, PUC-SP, 1998.

Trabalhar com a história oral, centrando a investigação nas trajetórias femininas, requer um cuidado especial, segundo Paul Thompson³. Torna-se necessário, para o/a historiador/a oral, "estar atento às diferenças na linguagem narrativa de homens e mulheres. Os homens tendem a considerar a vida vivida como sua e utilizam o "eu ativo" enquanto as mulheres falam de suas vidas em termos de relações, utilizam expressões e fazem referência à vida passada como 'nós, a gente, eu e meus filhos, eu e meu marido', simbolizando relações subjacentes àquela parte de sua vida". É a internalização, segundo o autor, de atitudes que carregam o peso da cultura na qual as mulheres, para assumirem um lugar positivo no mundo, têm que lutar desde criança e numa luta desigual.

A participação ativa das mulheres, excluída da escrita da História (assim como a dos operários e dos prisioneiros, de acordo com Michelle Perrot⁴), somente há pouco tempo tem sido objeto de pesquisas e investigações. Dentre os estudos recentes que tentam dar visibilidade à luta política das mulheres nas diferentes sociedades, destacam-se os que tentam recuperar as formas de resistência e as saídas que encontraram. E.P. Thompson, no texto: "*La economía moral de la multitud*", estudando os motins no final do século XVII, diz que as iniciadoras dos motins eram, com frequência, as mulheres: "*Sabemos que en 1693 una gran cantidad de mujeres se dirigieron al mercado de Northampton, con 'cuchillos escondidos en sus corpiños' para forzar la venta del grano según su propia evaluación*". Sobre a disposição de luta das mulheres, escreve, referindo-se a outro motim, de 1807: "*Las mujeres están más dispuestas a amotinarse: tienen menos temor a la ley, en parte por ignorancia, y en parte porque abusan del privilegio de su sexo, y por consiguiente en todo tumulto público sobresalen en violencia y ferocidad*".⁵

Recuperar, pois, a presença ativa das mulheres e sua contribuição histórica no passado tem sido uma preocupação da historiografia atual e nesse sentido, destaca-se o papel desempenhado pelos movimentos feministas. Mas, igualmente importante, é registrar esse protagonismo nas lutas atuais, para que as mulheres das classes populares ganhem visibilidade e a memória de suas lutas seja preservada.

A divisão sexual do trabalho no mundo rural

A especificidade do MST, enquanto movimento social e popular, é que ele envolve toda a família, homens e mulheres, adultos, jovens, idosos e crianças, desde as primeiras fases do processo, dando a todos um protagonismo quase sempre ausente em outros movimentos políticos.

A organização do acampamento exige o atendimento imediato a algumas necessidades básicas que dependem do próprio grupo, independente das respostas às reivindicações que começam a fazer junto aos organismos públicos. O que fazer com as crianças no acampamento; como organizar a alimentação do coletivo; como garantir a segurança interna e externa; onde e como buscar a solidariedade; quem vai negociar com INCRA, governo, latifundiários, são questões que fazem parte do

³ Thompson, Paul. *A Voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 203-205.

⁴ Ver Entrevista com Michelle Perrot. In: Revista Brasileira de História n. 10, São Paulo, 1993. p. 126.

⁵ Thompson, E.P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Crítica, 1979, p.109.

conjunto de preocupações iniciais, logo após ocupação e determinam a primeira divisão de tarefas entre os acampados.

A necessidade de organização do trabalho e da moradia e, mais do que isso, o fato de terem que normatizar as relações sociais e culturais, vão gerando um novo modo de vida, típico do acampamento dos sem-terras, o que será, por sua vez, base da nova cultura que se observa no assentamento de reforma agrária.

As mulheres têm papel fundamental nesse processo, dada a função de educadoras, de responsáveis pela socialização dos filhos que desempenham na família, de responsáveis pelas tarefas de reprodução e, como trabalhadoras rurais, por atividades produtivas na roça ou na casa.

Ao se estruturar o assentamento, entretanto, esse protagonismo feminino, desempenhado em condições equivalentes em relação aos homens na ocupação e no acampamento, se expressa numa aparente resignação diante da condição de subalternidade, imposta social e culturalmente às mulheres. As práticas de enfrentamento, de solidariedade e de resistência desenvolvidas no acampamento e que eram ressaltadas como positivas pelos militantes e dirigentes do MST e pela sociedade de uma maneira geral, são esquecidas pelas próprias mulheres já que se constituem em “ações miúdas” que não aparecem ou contam pouco na luta política.

Em Promissão, as próprias mulheres se referem às suas lutas como “ações miúdas”:

“... eu acho que os homens não se preocupam tanto igual a mulher se preocupa(...) eles se preocupavam muito mais, com muito mais coisa, mas coisa que... a gente não sabe, vamo supor, eles se preocupava em ganhá um pedaço de terra, eles se preocupava em construi os barraco, cavá poço, isso era coisa que a gente não tinha como preocupá por eles, que o serviço era pesado demais. Então, a gente ajudava, né. Então eles não podiam tá também se preocupando com essas coisas miúdas, que para eles era miúda, mas pra gente era muito grande. Vê homem passando fome? Então a gente tinha que se preocupá com isso. Não que ele não tinha interesse, às vezes porque não tinha tempo” (Cleusa)

A preocupação com o cotidiano, expresso nas coisas miúdas, é da mulher. Aos homens cabe o trabalho mais pesado. A divisão natural das atividades entre os sexos não se dá apenas no trabalho produtivo mas nas tarefas do cotidiano. Não culpam os homens por não terem essa preocupação, ao contrário, encontram argumentos para justificar que é tarefa delas e não dos homens que “se preocupam com coisas maiores”. É normal, do ponto de vista delas, que haja essa divisão não só de tarefas mas do tipo de preocupação. Essa concepção expressa, por outro lado, a internalização de que, na relação de gênero, é natural que as mulheres assumam tarefas mesmo que sejam as mais desvalorizadas socialmente.

Além da nítida divisão sexual segundo os padrões culturais que definem tarefas femininas e masculinas, explicita-se nessa fala a não valorização assumida daquilo que é realizado pelas mulheres. A saúde, a educação, a comida, o cuidado com as crianças são “coisas miúdas”. O que os homens fazem é “coisa muito mais grande”, ou seja, o trabalho da mulher na roça ou na cidade é “para ajudar o marido”.

Em Promissão, a cooperativa foi consequência de um processo de discussão que envolveu homens e mulheres, a partir do trabalho político-organizativo

desenvolvido pelas lideranças do MST, mas o argumento principal foi a experiência anterior das próprias mulheres "que os homens viram que dava certo".

No acampamento as mulheres haviam assumido tarefas tidas como tradicionalmente femininas, ou seja o cuidado das crianças e dos idosos, da alimentação, da higiene e da saúde. Mas participaram também das comissões de vistoria, de segurança, de negociação e outras necessárias naquele momento da luta, o que lhes dava a sensação de estarem em condições de igualdade.

Quando chegaram ao assentamento, começaram a se questionar: "*afinal nós participamos de todo o processo e agora os homens vão pra roça e nós fica fazendo o que?*" (Maria Rodrigues) . Decidiram trabalhar na produção e iniciaram o cultivo de uma horta que durante muito tempo garantiu a sobrevivência da família porque possibilitava um retorno financeiro imediato, enquanto que na roça o resultado era anual, dependia do sucesso da colheita e mesmo quando apresentava excedente, esse era empregado em investimentos para melhorar a produtividade.

Na propriedade familiar individual a relação de poder entre o casal é ainda mais fortemente sentida, porque o homem é o "chefe da família". Ter o título da terra em nome coletivo poderia se constituir numa saída para diminuir as desigualdades entre os gêneros, evitando que o homem seja dono "*até do pensamento da mulher*", como diz uma das entrevistadas. Poderia facilitar o acesso aos créditos, aos direitos trabalhistas, enfim, aos benefícios da luta desenvolvida em conjunto. Na cooperativa, ao tornarem-se sócios, essa relação tende a ser ao menos questionada, o que, entretanto, não quer dizer ainda mudança na correlação de forças, pois persistem discriminações socialmente construídas.

Concordando com autores que argumentam não ser a opressão de gênero um simples fenômeno do capitalismo, pode-se constatar, nesta situação concreta, que à mudança nas relações de propriedade não corresponde automaticamente uma modificação nas relações familiares. As relações desiguais podem se reproduzir dentro de um modelo mais democrático de propriedade e uma das razões é o fato de que as relações afetivas que permeiam as relações familiares, de vizinhança e de comunidade, geralmente se constituem em instrumento para abafar os confrontos. É difícil manter a afetividade em relações desiguais e onde o companheiro tem autoridade de patrão, além de chefe da família.

Na cooperativa, embora não tenham se extinguido as estruturas objetivas ou culturais de dominação masculina, percebe-se uma nova qualidade nos relacionamentos, gerada pela experiência partilhada da luta pela terra, onde homens e mulheres vivenciaram cotidianamente, durante vários anos de acampamento, formas de trabalho socializado. Entre as mulheres, quem percebe mais claramente essa relação são as lideranças, que passam a não encarar mais como "natural" que o chefe da família seja sempre o homem, cabendo-lhe as tarefas de direção e de administração sobre a casa e a propriedade rural. Essa noção se evidencia nas críticas que fazem aos individuais:

"eles não conseguem dividir nem com a mulher, quanto menos ela souber o que ele tá fazendo, pra eles, melhor. Inclusive elas não sabem nem o que que rola num talão de cheque. E se vão perguntar acha que tão perguntando é porque tá desconfiado. Não é porque tá querendo

saber(...) isso já é uma coisa que, que a gente percebe é que já existe um machismo por si, mas o camponês é muito mais (...)" (Maria Rodrigues)

Entretanto, mesmo na cooperativa, há ainda um caráter de complementaridade, embora não necessariamente hierárquica, nas atribuições de homens e mulheres. Na casa ainda cabe às mulheres a organização do quintal e da moradia e nesse aspecto são semelhantes as tarefas de mulheres cooperativadas ou individuais. De modo geral, são responsáveis pelo trabalho produtivo na horta (estufas) ou cuidado dos animais, preparação de ração e outras atividades da roça.

Modificar essas relações de desigualdade significa superar fatores ligados à subjetividade, pois para a maioria das mulheres esta é uma situação natural e imutável e está ligada a relações afetivas, que não estão alheias às relações de trabalho e produção. Mas, por outro lado, essa mudança depende de encontrarem condições objetivas, de terem recursos para viabilizar uma igualdade no trabalho socializado, seja na produção, seja no âmbito doméstico, pois há limitações comuns que afetam homens e mulheres enquanto classe e isso não depende apenas das mulheres:

"se nós vamos trabalhar, nós precisa de estruturas, meios pra dar condições de trabalho. Se vão trabalhar, certamente, se tem criança, precisa de creche. Então isso já modifica, né, pros homens, precisou de creche, tem que ter uma organização que abranja isso" (Maria Rodrigues).

A presença das mulheres na cooperativa questiona toda a estrutura e aos poucos elas vão percebendo. Essa seria uma das resistências dos individuais à participação das mulheres:

"todas as agrovilas tem associações, mas as dificuldades delas são muitas, muitas mesmo, porque acham que isso é pra homem mesmo. E essa coordenação da Reunidas ...acha que não tem mesmo que mulher participar, inclusive uma das críticas que fazem à Copajota⁶ é o medo da participação das mulher. Quando a mulher começa a participar começa a modificar todo o processo" (Maria Rodrigues.)

Os conflitos surgem muito mais na organização do trabalho do que na vida comunitária, embora as posições divergentes tenham influência nos relacionamentos. E se caracterizam pelo contraste entre as relações sociais solidárias, de companheirismo, de fraternidade que eram cultivadas no acampamento e no início da cooperativa, o que os diferenciava de outras comunidades rurais, dando-lhe uma identidade coletiva, e as relações impessoais de trabalho, de comércio que se estabelecem a partir da normatização do trabalho coletivo e das regras da cooperativa. Entretanto, ainda cultivam relações de solidariedade, cuidam-se mutuamente, procuram resolver as dificuldades de maneira democrática.

Para as mulheres, os obstáculos não estão apenas na própria divisão sexual das atividades, mas nas oportunidades de se capacitarem:

⁶ COPAJOTA-Cooperativa Padre Josimo Tavares.

"a gente sempre reunia no acampamento, as mulheres também pra dar idéias e ajudar os homens na luta. É claro que eles sempre saíram mais, né? (...) sei lá se era porque tinham mais vontade, se era porque era mais fácil. (...) tudo era feito assim em conjunto, mas pra sair pra fora, assim, eles sempre saíram mais que a gente. E aí eu acho que isso é história também porque a gente que é mulher é mais difícil a gente sair. Por exemplo, seu eu for sair, ele não vai cuidar das crianças igual eu cuido, nem da casa." (Maria Inês).

Os homens saíam mais, o que significa que tinham mais oportunidades de crescerem do ponto de vista social e político. A experiência da horta como prática de trabalho coletivo, era o espaço de socialização das mulheres, mas muito mais restrito. Uma clara diferença de comportamento ideológico se observa. As mulheres foram para a cooperativa achando que ia resolver todos os seus problemas e era a concretização do "socialismo". Os homens a entendiam como experiência de organização que superava a forma artesanal de produção e que havia dado certo em outros assentamentos.

No entanto, as práticas coletivas, impostas pela necessidade de organizar a vida comunitária e de buscar a integração das agrovilas, significou um aprendizado político para ambos, uma vez que as comissões eram mistas.

Essa experiência constituiu-se num processo acelerado de politização, principalmente para o grupo de Campinas⁷ pois ao terem que agir em conjunto, viram-se forçados a refletir sobre a experiência das mobilizações, sobre o conteúdo das reivindicações e sobre as ações subsequentes, bem como a lidar com as necessidades do grupo de famílias ocupantes. Passaram a entender o funcionamento da sociedade capitalista e seus mecanismos para manter ou modificar a estrutura fundiária e as políticas governamentais que afetam diretamente o campo.

No entanto, o desenvolvimento de uma consciência social crítica não ocorre de forma homogênea porque atinge homens e mulheres que se encontram em níveis diferenciados de consciência social e política, com diferentes visões de mundo, dependendo de sua experiência de vida. Mesmo buscando formas alternativas de organização, há um permanente confronto entre os valores elaborados na sua trajetória de vida, entre os novos valores forjados na experiência da luta e entre os valores cotidianamente impostos pelas classes dominantes através de todos os seus mecanismos políticos e ideológicos.

Toda luta de classe é uma luta acerca de valores, como diz Thompson, e por isso, a experiência tem tanto peso quanto a estrutura na formação da consciência social dos indivíduos pois ela se interpõe entre o modo de produção e o processo histórico:

" A experiência foi gerada na vida material, foi estruturada em termos de classe e conseqüentemente o ser social determinou a consciência social. A estrutura ainda domina a experiência mas sua influencia determinada é pequena se levamos em conta a cultura. As pessoas experimentam sua própria experiência não apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou como instinto proletário. Elas experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses

⁷ Grupo de Campinas é o conjunto das famílias oriundas da região de Campinas. O assentamento está dividido em 7 agrovilas, conforme da região de origem das famílias.

sentimentos na cultura como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou na arte ou nas convicções religiosas(...) Toda luta de classes é ao mesmo tempo, uma luta acerca de valores"⁸.

Ao mesmo tempo, é uma luta dos trabalhadores contra eles próprios na medida que são levados a experimentar a todo momento esses novos valores no cotidiano, sob a influência que sobre eles exerce a cultura da classe dominante e ainda, em confronto com os seus próprios condicionamentos culturais.

A organização da produção cria novas relações sociais

Ao problematizar essas experiências e o lugar onde elas são vivenciadas, fui percebendo que o que caracteriza um assentamento de reforma agrária, não é apenas a maneira como as famílias ali constroem suas casas, ou o seu estilo de vida, mas as relações sociais e as formas de produção que se estabelecem como resultado do processo de luta anterior.

Por ser uma comunidade em implantação, num território recém conquistado pela luta de todos, no assentamento as relações de gênero têm influência talvez maior do que em outras comunidades, porque nele as mulheres têm um papel de maior destaque.

O assentamento de Promissão é o maior do Estado de S. Paulo e tem uma característica peculiar por ser constituído de famílias que vieram do MST e outras, em numero maior, que foram selecionadas pelo INCRA. São 117 do MST e 500 do INCRA. Das famílias que vieram do MST, 40 optaram por organizar a produção em cooperativa e as demais pelo lote individual, entrando ou não em outras formas associativas, posteriormente, como em associações de máquinas ou de comercialização. Das 40 famílias, 20 se desligaram da cooperativa depois de 2 anos de funcionamento.

A convivência entre assentados que vieram do acampamento, que constituem a minoria, e as famílias selecionadas pelo INCRA constitui-se em outro elemento de análise das relações sociais e das formas de organização da produção.

Para entender essa especificidade das relações sociais que caracterizam o modo de vida do assentamento, tomei como referência teórica o conceito de cultura elaborado por Raymond Williams⁹. Segundo ele, "cultura não é apenas um corpo de trabalho imaginativo e intelectual; é também e essencialmente todo um modo de vida". Para o autor, "não devemos limitar-nos a evidências tais como a forma de morar, a maneira de vestir ou de aproveitar o lazer" pois "a produção industrial tende a impor uniformidade nesses campos. O elemento básico não é a língua, nem a vestimenta, nem o lazer... a distinção crucial está em formas alternativas de se conceber a natureza da relação social". Nesse sentido, sustenta que

"quando se fala, por exemplo, de uma idéia da classe trabalhadora não se pretende afirmar que todos os trabalhadores a tenham ou a aprovem. Pretende-se,

⁸ Thompson, E. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar. p. 182.

⁹ Williams, Raymond. *Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969. p. 333.

ao contrário, asseverar que essa idéia está essencialmente corporificada nas organizações e instituições que a classe gera: o movimento da classe trabalhadora é considerado em termos de tendência e não em termos individuais”.

A organização coletiva da produção nos assentamentos rurais é uma das formas de luta e resistência dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Nas práticas dos assentados - homens e mulheres - se pode identificar os elementos que caracterizariam aquilo que Williams afirma como sendo específico da cultura das classes dominadas, ou seja, as formas alternativas de convivência e de trabalho recriadas a partir de seus valores, hábitos e costumes ao estruturarem o assentamento.

A exigência de estabelecerem regras e normas para a vivência comunitária e para o trabalho, traz à tona toda a contradição entre aquilo que idealizaram durante as primeiras fases da luta e os valores da cultura dominante, cotidianamente impostos através de vários mecanismos, cuja expressão mais evidente é a indústria cultural.

Há um confronto permanente, de uma maneira mais explícita do que em outros espaços sociais, entre a ideologia dominante, que tenta abafar as contradições e conter os avanços dos sem-terras e a formação teórico-prática desenvolvida pelo MST, assumidamente uma organização política, com propostas de desenvolvimento rural em moldes coletivos e de enfrentamento com os poderes constituídos.

O assentamento de Promissão tem uma característica peculiar que é o fato de que parte das famílias, especialmente as que entraram para a cooperativa, já havia passado pela experiência de trabalho na cidade, embora todas fossem migrantes. Desde a infância as mulheres acompanharam a família que migravam de uma região para outra, sempre que os pais ou maridos o decidiam. É uma situação ainda mais difícil para as mulheres porque tradicionalmente cabe a elas seguir as famílias. Durante a maior parte de suas vidas, elas se submeteram a esse "destino".

Os estudos sobre migração falam, em geral, no masculino: os migrantes, os trabalhadores, ou então, se referem às famílias operárias, às famílias migrantes, mesmo quando centrados no cotidiano. Não explicitam como reagiram as mulheres às transformações culturais impostas pela migração, pelos modos de vida diferenciados das regiões por onde passaram, das cidades para onde migraram ao serem expulsas do campo, pela adaptação ou não adaptação de maridos e filhos a essas situações, pela realização ou não dos projetos familiares.

As mulheres aparecem quase sempre na história sem vontade própria, coadjuvantes de uma peça cujo roteiro está determinado pelo destino da família que, por sua vez, está determinado pela dinâmica social. Cabe-lhes desempenhar os papéis segundo os padrões, social e culturalmente, determinados. Durante a maior parte de suas vidas, para entrevistadas, o que delas era esperado, era que respondessem ao padrão familiar, vivido no mundo rural:

"Eu, por ser a mais nova, que todos já tinham casado, eu tive que assumir todo o trabalho, além da roça, a casa. Também tive que aprender costurar pra fazer as roupas pra casa, porque era uma exigência, né, da própria família...(...) . tinha que levar comida na roça e tinha às vezes que trabalhar na roça, às vezes eu ajudava quando era época de colheita...era um costume da

minha sogra que a mulher, ela precisava participar ativamente de todos os trabalhos, não só domésticos, mas também os trabalhos que tinha fora da casa..” (Lurdinha).

Nesse padrão de organização e comportamento característico do mundo rural, cabe à mulher todas as tarefas da casa, o cuidado das crianças e idosos, o cuidado dos quintais, dos jardins, o plantio das “miudezas” para o consumo familiar, as criações e, nas épocas em que a roça exige mais mão-de-obra, o auxílio aos homens na lavoura.¹⁰ As tarefas cotidianas condicionam o comportamento pois limitam-nas ao mundo doméstico, socialmente desvalorizado e as subordina ao chefe da família, em geral, o pai ou o marido, o qual determina até mesmo o uso do tempo.

Esse padrão aparece nas falas e representações das mulheres entrevistadas, qualquer que seja a região de origem da família. Foi se modificando apenas com a migração para a cidade, onde o modo de vida urbano exigiu que se capacitassem para responder às tarefas femininas tradicionais e, ao mesmo tempo para o trabalho fora de casa.

Começam a discutir que há uma causa para essa migração constante e que podem ter um papel diferente na família a partir das reflexões sobre fé e política nas CEBs, especialmente aquelas que passaram pela experiência de trabalho na cidade, que para muitas era a última etapa da migração.

Nas CEBs tomam consciência de que a terra é um bem de todos, dado por Deus e que, portanto, não pode permanecer concentrada nas mãos de poucos, e que a ocupação de terra é uma forma de pressão para readquirirem (recuperarem) esse direito, e isso lhes deu uma noção de legitimidade que as impulsionaram a ingressar na luta e a continuar no MST, mesmo depois de assentadas.

Uma característica marcante das mulheres assentadas é linguagem místico-política que utilizam. Mesclam uma linguagem bíblico-religiosa e conceitos político-ideológicos, numa síntese daquilo que assimilaram dos discursos das CEBs e do MST. Constata-se duas fortes motivações para a decisão de retornarem ao campo ou ingressarem na luta do MST: de um lado, a perspectiva de recuperar o direito à terra e realizar o sonho de ter uma vida de maior tranquilidade e de fartura; e de outro lado, a perspectiva de uma saída para a situação que vivenciavam na cidade ou no campo, possibilitada pelo ingresso no MST.

Essa reelaboração dos discursos aos quais tiveram acesso, aliada à experiência vivida como trabalhadores rurais migrantes, forma sua consciência social e política e vai influenciar na postura que assumem tanto no assentamento e nas associações de que participam, como nas formas de resistência à participação nesses processos.

A maioria permanece no lote individual, com tarefas e papéis específicos das mulheres rurais, pequenas proprietárias ou assalariadas, desenvolvendo atividades típicas como cuidar da horta, do gado, ajudar o marido na roça, além do trabalho doméstico. No lote individual a tendência é reproduzirem a organização anterior de trabalho familiar da pequena propriedade, que reduz o papel da mulher a auxiliar do marido. Esse papel também é desempenhado pelas que se desligaram da cooperativa e voltaram para o lote individual.

¹⁰ Cordeiro, Angela. *Diversidade, substantivo feminino*. In: Revista Alternativas A-PTA. Curitiba, 1990. p. 29-36.

O lote individual reproduz a forma de produção mais próxima das experiências anteriores, do sítio de seus antepassados, a organização tradicional da pequena propriedade familiar, que é incentivada pelo Governo, através do INCRA, ITESP e outros órgãos governamentais ou por muitas organizações não governamentais. Enquanto que a cooperativa é a novidade do ponto de vista da organização da produção e da comunidade, constituída em agrovila.

São duas formas de organização em permanente disputa ideológica, pois estão ligadas a dois projetos diferentes de assentamento: um do Governo (incentivo à pequena propriedade familiar) ainda que sem os investimentos necessários para que realmente se efetive um projeto de reforma agrária; e outro, do MST que propõe a cooperação agrícola como saída para a pequena propriedade no sistema capitalista atual.

Em Promissão, a cooperativa foi consequência de um processo de discussão que envolveu homens e mulheres, a partir do trabalho político-organizativo desenvolvido pelas lideranças do MST, mas o argumento principal foi a experiência anterior das próprias mulheres "que os homens viram que dava certo".

No acampamento as mulheres haviam assumido tarefas tidas como tradicionalmente femininas, ou seja o cuidado das crianças e dos idosos, da alimentação, da higiene e da saúde. Mas participaram também das comissões de vistoria, de segurança, de negociação e outras necessárias naquele momento da luta, o que lhes dava a sensação de estarem em condições de igualdade.

Quando chegaram ao assentamento, começaram a se questionar: "*afinal nós participamos de todo o processo e agora os homens vão pra roça e nós fica fazendo o que?*" (Maria Rordigues). Decidiram trabalhar na produção e iniciaram o cultivo de uma horta que durante muito tempo garantiu a sobrevivência da família porque possibilitava um retorno financeiro imediato, enquanto que na roça o resultado era anual, dependia do sucesso da colheita e mesmo quando apresentava excedente, esse era empregado em investimentos para melhorar a produtividade.

O resultado imediato e positivo da horta foi, portanto, o argumento principal para organizarem a cooperativa. Mas também havia uma outra motivação que vinha da discussão anterior, ainda nas CEBs de que indo para o assentamento poderiam fazer a experiência das comunidades cristãs, de terem tudo em comum, de viverem enfim a fraternidade. Essa concepção vai gerar profundas frustrações quando percebem as contradições e dificuldades de se organizarem em cooperativas, inseridas que estão no sistema capitalista, naturalmente voltado para a propriedade privada, e quando se dão conta de que a política agrícola não beneficia o pequeno produtor rural.

Na prática, não basta a vontade política, nem a motivação religiosa, nem mesmo a organização proposta pelo MST. Ao enfrentarem as dificuldades econômicas e organizativas se decepcionam e se frustram com o que antes pensavam ser 'um projeto socialista'. E, evidentemente, esse desânimo se estende ao conjunto do assentamento.

Os benefícios gerados pela cooperativa, entretanto, são reconhecidos pelas demais, mesmo por aquelas que se desligaram dela. Ao decidirem ir para a roça ajudar os maridos ou para a horta, tiveram que discutir o cuidado dos filhos. Criaram a creche. Depois perceberam que todas tinham que voltar no mesmo horário

para suas casas para fazer o almoço e criaram o refeitório comunitário. Depois, ao discutir o estatuto da cooperativa, começaram a levantar a questão do título da terra, no nome de ambos os cônjuges, para garantir o direito a voz e voto das decisões, bem como a outros direitos como crédito, benefícios previdenciários, etc. Ou para terem direito a permanecerem no lote em caso de separações conjugais. Os horários de trabalho tinham que ser diferenciados para que pudessem cuidar dos filhos doentes.

São resultados visíveis e concretos mas geraram tensões, não só pelas expectativas frustradas e outros condicionamentos culturais da propriedade familiar tradicional, difíceis de serem superados, como por coexistirem as duas formas distintas de organização, cada uma sendo reforçada nos seus aspectos positivos, usados como argumentos para convencimento dos demais. O lote individual, como uma forma de organização foi a escolha da maioria e é incentivada externamente. Mas reforça todo um sistema de valores que classifica o trabalho da mulheres rurais como complementar e portanto, dispensável ou provisório. Ao se assumir como auxiliar do marido na roça, a mulher deixa de lado sua própria identidade de trabalhadora rural e não luta para modificar nem mesmo sua posição no interior do espaço doméstico, muito menos no espaço do trabalho.

A desqualificação do trabalho feminino no campo e as tarefas de reprodução, socialmente desvalorizadas, que lhe são atribuídas por tradição, faz com que internalizem essa desvalorização e não se assumam nem mesmo como trabalhadoras.

A cooperação agrícola foi assumida por um grupo minoritário, mas se tornou referência para todo o assentamento, pela influência que exerce no conjunto e pelo maior efeito-demonstração de suas estruturas e atividades produtivas diversificadas.

Essa situação do assentamento se reflete na situação da mulheres. Para os dois projetos, as mulheres são sempre alvo de um trabalho político-ideológico, devido ao papel que desempenham na família. Mas as que estão na cooperativa têm mais alternativas de sair do espaço doméstico, a cooperativa libera algumas para o trabalho fora, possibilita acesso a curso de formação, a encontros e atividades mais amplas a nível regional e estadual. Enquanto que as que permanecem no lote individual, dificilmente podem deixar as tarefas domésticas e o trabalho no campo porque constituem a única mão de obra disponível para ajudar o marido.

O questionamento dessa situação naturalmente parte das lideranças ou de agentes externos e a comparação inevitável da situação das mulheres nas duas formas de produção mostra que apesar das tensões e dos conflitos, a cooperativa cria mais condições para modificarem as relações sociais.

O cotidiano reproduz a experiência vivida com uma nova qualidade

Enquanto no acampamento a organização da comunidade estava centrada na perspectiva das famílias serem assentadas o mais rápido possível, no assentamento, a preocupação se desloca para a organização do trabalho e da produção.

A forma de organização da produção vai influenciar nas outras áreas de vivência comunitária e acentuar uma divisão preexistente, que é a divisão sexual do

trabalho. As relações desiguais entre os gêneros entram em contradição com a experiência anterior de divisão de tarefas no acampamento. A experiência democrática, onde todos eram consultados sobre todos os passos das negociações e sobre a vida cotidiana no acampamento, vai dando lugar a uma organização patriarcal, que supõe direitos e deveres desiguais segundo o gênero.

Na vida cotidiana, segundo Agnes Heller¹¹, colocam-se 'em funcionamento' todos os sentidos, todas as capacidades intelectuais, as habilidades manipulativas, os sentimentos, paixões, idéias, ideologias do indivíduo e constituem partes orgânicas da vida cotidiana: "a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação".

No assentamento, a organização do trabalho é a esfera principal das relações sociais e esta exerce influência na vida privada de homens e mulheres, condicionando comportamentos e práticas sociais. No caso da cooperativa, isso se acentua porque ela gera, de um lado, uma maior integração entre os que dela participam e, de outro lado, possíveis conflitos com os demais grupos de famílias.

Para as mulheres, menos habituadas às discussões políticas e econômicas, esses conflitos, muitas vezes, se transformam em obstáculo para a convivência e para a permanência nas associações. A "cabeça foi ficando confusa" é a expressão que utilizam para explicar como isso ocorre: "tava tudo caminhando, depois simplesmente deu uma viravolta, a coisa começou a descambar, não deu certo, a cabeça da gente ficou muito confusa" (Maria da Graça).

Também a vida familiar e comunitária é afetada pela organização do trabalho porque este se exerce no ambiente mesmo da comunidade. A necessidade de realizarem reuniões e assembléias com muita freqüência é outro fator condicionante dessa inter-relação, uma vez que tudo tem que ser decidido no coletivo, sob pena de aumentarem as possibilidades de divergências que, por sua vez, implicariam no relacionamento familiar e comunitário.

Ao se observar o trabalho da mulher na roça ou na estufa (horta), percebe-se como influencia não só na organização do assentamento, como também na dinâmica interna da família. No primeiro caso, porque surgem novas necessidades para as quais é preciso criar infra-estrutura, redirecionando a aplicação dos recursos de que dispõem. Assim, creche, refeitório comunitário e os horários diferenciados de trabalho são conquistas das mulheres e modificam a organização "racional" originalmente pensada para o assentamento. Em segundo lugar, porque a construção desses equipamentos coletivos muda profundamente o cotidiano das mulheres. Já não precisam mais cada uma ir para sua casa preparar o almoço, ou fazerem o café da manhã, antes de ir ao trabalho. Já não precisam ficar em casa para cuidar dos filhos pequenos. O refeitório, além disso, passa a ser o centro comunitário, o local onde se encontram antes e depois das atividades na roça e é onde se realizam as atividades conjuntas da cooperativa. Na prática, modifica-se o padrão tradicional de organização do trabalho rural.

Para as famílias das lideranças que assumiram tarefas de direção ou de representação da cooperativa ou do assentamento, surgem outras ansiedades e preocupações. Modifica a presença da mulher na casa, questionando o papel que sempre desempenharam junto aos maridos e filhos, o que não ocorre,

¹¹ Heller, Agnes. Op. cit. P.17-18.

evidentemente, sem conflitos. À medida que uma liderança feminina, fica semanas fora de casa, a família tem que assumir as tarefas domésticas:

"eu acho que a gente batalha pra ter o menos estrago possível. Mas é bastante complicado(...) tá dentro do contexto, né, da sociedade. Ele entende, defende a luta, defende a participação da mulher, mas não aceita muito isso não. Ele acha que poderia ser outras, né, (...) ele agora tá ficando paizão. Antes ele não ligava muito, não. mas agora parece que ele tá bem mais amigo das crianças, né". (Maria Rodrigues.)

Assumir tarefas fora de casa supõe uma negociação com o marido. A relação conjugal também se modifica na cooperativa porque, a partir do momento em que ambos são sócios, o discurso sobre a igualdade da mulher tem que ser testado na prática. A convivência é afetada pelos confrontos que naturalmente se estabelecem entre sócios. A potencialidade de cada um, expressada na sua forma de pensar, de dirigir, de expor, de participar pode se tornar motivo de conflitos. Têm que aprender a trabalhar essas questões, para que as diferenças não interfiram no relacionamento familiar e conjugal.

As mudanças no modo de vida das famílias resultam numa nova concepção dos papéis que adultos, jovens e crianças desempenham e que já não estão mais em função apenas do projeto familiar, mas do engajamento da família na comunidade e na luta mais ampla. E, direta ou indiretamente, influencia o conjunto do assentamento, não apenas porque se constitui numa alternativa ao modelo familiar tradicional, mas também porque as lideranças passam a ser exemplo para as demais.

A cooperativa possibilita também uma relação menos desigual entre homens e mulheres, que são sócios e têm os mesmos direitos, diferentemente dos lotes individuais onde as mulheres esbarram em mecanismos legais, que as obrigam a outras lutas específicas, para adquirir direitos que os homens já tem garantidos "naturalmente", como por exemplo, o título de propriedade:

"os jovens a partir de 16 anos também (são sócios), têm o mesmo direito que eu tenho... Porque tudo o financiamento a gente faz em conjunto, mas paga em conjunto, né. Então, todo mundo financia e todo mundo paga, né. [No lote individual] só usa o nome do lote porque o modelo de assentamento proposto pelo governo é o do patrão, do dono da família, que é só o homem. E as mulheres, elas não tem acesso ao documento. Elas não são donas do lote sozinhas, dentro do modelo oferecido pelo governo. Elas não tem o nome na nota de produtora e assim por diante. Elas tem que fazer essa luta pra participar. E na cooperativa isso desmistifica, né. Elas participa junto, em outro setor, com outros companheiros, então, cresce a relação". (Maria Rodrigues)

Por outro lado, mesmo tendo normas, reguladas pelos estatutos e procedimentos discutidos pelo conjunto dos sócios, estas se constituem em pautas de discussão permanentes nas assembléias e reuniões. Podem ser alteradas sempre que a maioria assim o decidir. O que resulta num exercício democrático.

O cuidado das crianças, preocupação normalmente feminina, passa a ser do conjunto dos sócios que nas normas estabelecidas de comum acordo, definem também o horário de trabalho das mulheres com filhos pequenos. O recebimento

por horas trabalhadas é um dos regulamentos para possibilitar o cuidado infantil: *"(...)é assim ó, as mulheres trabalham da sete e meia até, elas pode chegá até sete e meia, oito horas na roça né, das sete e meia por exemplo até as quatro e meia da tarde, é isso que ela vai trabalhá o dia inteiro. O dia que tivé uma criança doente, tem os seus três dias, quatro dias, se tivé que fica em casa, ela fica em casa."* (Dulce)

O funcionamento da cooperativa, enquanto empresa, é regulamentado pelos estatutos definidos em assembléias, mas estes recebem influência da prática de outros assentamentos já constituídos. Regulam o pagamento por horas trabalhadas, a divisão dos excedentes, os horários de trabalho, também as linhas de produção, o tipo de lavoura para cada safra, as formas de comercialização e todas as atividades da empresa: *"a gente fizemo a colheita de milho, que deu mil e setenta saca, ai a gente vende, paga as despesas né, dos caminhão e tudo e depois reparte o dinheiro pro sócio, mas por hora trabalhada, então a gente recebe por horas."* (Dulce)

O que se observa é que, na propriedade familiar individual, a situação da mulher continua desigual, mesmo quando desempenha trabalhos produtivos, pois a forma de propriedade não permite a criação de novas relações sociais, o que possibilitaria se libertar dessa situação de alienação, tornando-se sujeito de sua própria emancipação. Mas o isolamento no lote individual e as dificuldades que ele impõe à socialização das mulheres faz com que, para muitas delas, a luta termine no assentamento: *" Porque a gente veio pra lutá, vamo lutá até o fim, né, porque a gente necessita disso daí, desse pedacinho de terra. Porque se não fosse por esse pedacinho de terra, eu acho que nós tava lá na cidade sofrendo até hoje. Por isso que nós tem que fazer a reforma agrária, quanto mais logo, a gente tem, nós precisa fazer pelos outro"*¹² (Gessy)

A maioria dessas mulheres "individuais" entendem que já fizeram a sua parte na luta pela reforma agrária. O esforço e o desgaste da luta, para muitas delas, chegou ao limite e agora entendem que outros devem continuar. Resistem a assumir os compromissos que as formas associativas exigem e às normas que devem contemplar as necessidades da maioria. Essa postura se contrapõe às ações daquelas mais politizadas e que já passaram por outras experiências de organização.

O questionamento do papel desempenhado pela mulher rural surgiu na prática coletiva das tarefas. Foi se estendendo aos poucos às demais esferas da vida cotidiana e à organização como um todo. A horta, a creche, o refeitório comunitário existentes na cooperativa são conquistas das mulheres que alteraram o modelo de organização do assentamento. Mas ainda se reproduzem muitos mecanismos de dominação de gênero, mesmo na cooperativa.

A visível acomodação das mulheres nos assentamentos, entretanto, pode esconder formas de resistência, nem sempre entendidas como tal. Nesse sentido, o estudo ainda tem que ser aprofundado para explicitar com mais dareza quais são esses mecanismos de resistência, concordando com Michelle Perrot quando esta diz que as mulheres "se afirmam por outras palavras, outros gestos... traçam um caminho que é preciso reencontrar"¹³

Considerações finais

¹² Refere-se à ocupação de uma fazenda no município de Iaras-SP.

¹³Perrot, Michelle. Os excluídos da história - operários, mulheres e prisioneiros.

A presença feminina nas ocupações e acampamentos tem sido destacada, nos últimos dois anos, pelo próprio MST e pelos meios de comunicação. Estudos e reportagens sobre os acampamentos, sobre as caminhadas - como a marcha a Brasília - e outras formas de luta dos sem-terras têm sido publicados com muita frequência.

O destaque em geral é para as práticas cotidianas de solidariedade e os resultados econômicos da produção para a família. Mas, mais importante que isso, é o crescimento da consciência social e política, decorrente dos enfrentamentos, que as capacita a participarem mais ativamente da luta política. Observa-se que as reivindicações tendem a ser coletivas, não por objetivos que lhe são impostos, mas por objetivos que decorrem de suas próprias necessidades e que são demandas do coletivo e não individuais. Essa luta política não se refere apenas ao MST, onde estão inseridas enquanto categoria social, mas a outros espaços, como sindicatos, partidos políticos e outros movimentos populares.

Entretanto, a conquista da cidadania e a emancipação feminina ainda demandam outras modalidades de luta também políticas, uma vez que continuam a se reproduzir hábitos e costumes tradicionais da mulher rural. Ainda é muito forte a influência de fatores culturais ligados à religiosidade popular, aos meios de comunicação e a projetos, às vezes, contrários aos seus objetivos de classe.

Mesmo dentro do MST, existem, ainda, muitos obstáculos a serem superados pelas mulheres, relacionados à capacitação política, ao baixo grau de escolaridade, ao espaço ainda reduzido dentro da organização, à capacidade de lidar com as contradições geradas pelas relações de afetividade que, no campo, se misturam às de trabalho, uma vez que, na maioria das vezes, os papéis de marido, patrão, chefe ou coordenador se confundem.

Mais especificamente, no que se refere às questões de gênero, o que se observa é que, homens e mulheres vivenciam situações diferenciadas e avançam na consciência dependendo da formação política adquirida no MST, de um lado, do confronto de idéias que se estabelece na sociedade, de outro lado, das experiências vividas e da elaboração que fizeram desse processo. Ambos são obrigados a se posicionarem diante dos obstáculos para realizarem os seus projetos pessoais e coletivos, o que, por sua vez, exige que revejam valores, costumes e hábitos adquiridos ao longo de sua trajetória de vida, possibilitando darem um novo significado às suas vidas, o que não ocorre de maneira igual e nem no mesmo ritmo.

Na cooperativa essas condições são mais favoráveis porque homens e mulheres porque são sócios com direitos iguais, o que permite às mulheres um crescimento na consciência política de que são também elas sujeitos de transformação social, de que devem lutar por outras transformações no cotidiano e não se submeter mais aos mecanismos de dominação social e culturalmente impostos, nem pelas classes dominantes, nem pelos companheiros. Há uma possibilidade de crescimento mais acelerado porque exige delas um posicionamento mais crítico diante da luta de classes e diante dos conflitos de gênero que se estabelecem ao se reconhecerem como sujeitos políticos com iguais direitos que seus pares.

Bibliografia

- Burke, Peter (org.). *A Escrita da História - novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992
- Carneiro, Maria José e Teixeira, Vanessa Lopes. *Mulher rural nos discursos dos mediadores*. In: Revista Estudos Sociedade e Agricultura, 1995.
- Chauí, Marilena. *Conformismo e Resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1981
- . *Subjetividades contemporâneas*. In: Revista do Instituto Sedes Sapientiae n. 1. S.Paulo, 1997
- Ciampa, Antonio da Costa. *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Brasiliense, 1993
- Cordeiro, Angela. *Diversidade, substantivo feminino*. In: Revista Alternativas APTA. Curitiba, 1990
- D'Aquino, Teresinha. *A Casa, os Sítios e as Agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das terras de Promissão-SP*. Texto apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, outubro de 1996.
- DESER e Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Paraná. *Gênero e Agricultura Familiar - cotidiano de vida e trabalho na produção de leite*. Curitiba: DESER - CEMTR, 1996
- Fenelon, Dea Ribeiro. *Trabalho, cultura e história oral: perspectivas de investigação*. In: Revista Projeto História n. 4. PUC/SP, 1985.
- . *Cultura e História Social*. In: Revista Projeto História n. 10. PUC/SP, 1994

- Fernandes, Bernardo M. *MST formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec., 1996
- Grele, Ronald J. *Quién y por qué contesta?* In: *História y Fuente Oral* n. 5 El peso de la história. Universidad de Barcelona, 1989
- Heller, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1970
- Martins, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- Novaes, Regina. *A Questão Agrária e o governo FHC*. In: *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1996
- Perrot, Michelle. *Os excluídos da história - os operários, as mulheres e os prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- . *Entrevista com Michelle Perrot*. In: *Revista Brasileira de História* n. 10, São Paulo, 1993.
- Portelli, Alessandro. *A morte de Luigi Trastulli e outras histórias: forma e significado na história oral*. São Paulo, PUC, 1995. Mimeo.
- . *O que faz a história oral diferente*. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro. São Paulo, PUC, 1995. Mimeo.
- Revista Projeto História, números 4, 10, 11, 12 e 13
- Sader. Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- . *À lucta, trabalhadores!* In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero, 1984
- Saffioti, Heleieth I.B. e MUÑOZ-VARGAS, Monica. *Mulher Brasileira é Assim*. São Paulo: Ed. Rosa dos Tempos, 1994
- Scott, Joan. Apud SOIHET, Rachel. *Enfoques Feministas e a História: Desafios e Perspectivas*. In: *Gênero em Debate - trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: Educ, 1997.
- Soihet, Rachel. *Enfoques Feministas e a História: Desafios e Perspectivas*. In: *Gênero em Debate - trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: Educ, 1997.
- Souza-Lobo, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- Stédile, João Pedro. *Questão Agrária no Brasil*. S. Paulo: Atual, 1997.
- (org.). *A Reforma Agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997
- Stolcke, Verena. *Caféicultura - homens, mulheres e capital*. São Paulo: Brasiliense, 1986
- Thompson, E.P. *La Economía "moral "de la multitud en la Inglaterra del Siglo XVIII, in Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Crítica, 1979
- . *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- Thompson, Paul. *A Voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992
- Tierra, Pedro. *A política como dimensão da cultura*. Goiânia: CEN/PT, 1995. Mimeo.
- Williams, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1988
- . *Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.